



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO

Nº 22 /2012

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 30 de Abril de 2012

MOÇÃO

Rejeitar o pacto de agressão **Lutar por um Portugal com os valores de Abril**

Faz, no próximo dia 17 de Maio, um ano que foi formalizado o Pacto de Agressão, que foi imposto ao país e aos portugueses pelos banqueiros, pelos grandes interesses económicos e financeiros nacionais com a conivente submissão daqueles que há anos governam o país em alternância e o conduziram à difícil situação em que se encontra.

Impuseram-no com muita chantagem e mistificação à mistura e apresentaram-no e propagandearam-no como se fosse um programa de ajuda, mas o que ele é, na verdade, é um programa de extorsão do património e dos recursos do país e de exploração do nosso povo.

Dissemos que a concretização desse Pacto que está a afundar o país e a destruir milhares de vidas poderia ser evitada com uma firme proposta de renegociação da dívida e outra política para o país, em ruptura com o rumo ruinoso que se vinha concretizando.

Nessa altura, ao mesmo tempo que expressávamos a nossa total oposição em relação a tal solução, alertámos para os perigos e consequências que dele decorreriam.

Afirmámos, então, com muita clareza que essa intervenção era um novo e perigoso passo que visava acentuar uma política de austeridade dirigida contra os rendimentos e as condições de vida dos trabalhadores e do povo, justificar a aplicação de um programa destinado a aumentar a exploração do trabalho, a liquidar direitos sociais, continuar a assegurar a extorsão dos recursos nacionais. Que esse Pacto se traduziria num ataque sem precedentes à soberania e independência nacionais e que, a concretizar-se, contribuiria para o agravamento da recessão económica, do desemprego e da pobreza, acentuando de forma ainda mais brutal o agravamento dos problemas nacionais.

Estes meses da sua aplicação pelo governo do PSD/CSD de Passos e Portas, não deixam dúvidas acerca da enorme regressão que está em curso na vida dos portugueses e do país a todos os níveis.

A perturbante realidade do país está bem retratada na degradação da economia portuguesa, na alarmante evolução do desemprego, na contínua e brutal degradação do poder de compra das populações com a política de corte e congelamento dos salários, das reformas e pensões, do aumento dos impostos e dos preços de todos os serviços e bens essenciais, bem como dificuldades crescentes no acesso ao direito à saúde, à educação, à segurança social e na conseqüente degradação das condições de vida de milhões de portugueses.

Esta sistemática deterioração da vida do país revela não apenas quanto erradas são as políticas e as medidas que estão em curso, mas o risco real do país resvalar para uma situação de incontável degradação com reflexos na evolução do país nos próximos e largos anos.

O governo vem insistindo que o país está na direcção certa, mas a realidade é bem outra, nem um só problema do país conhece uma evolução positiva, nem sequer aqueles que serviram de justificação para tal Pacto e para a política de desastre social que este governo tem em curso – o défice e a dívida.

Há pouco dias conhecemos a síntese da execução orçamental do Estado do final do primeiro trimestre deste ano. Apesar do forte agravamento da carga fiscal imposto por este governo, particularmente aos portugueses que trabalham e ao consumo popular com o aumento do IVA, a receita efectiva do Estado caiu no primeiro trimestre de 2012 comparativamente com igual período de 2011, menos 4,4%, influenciando de forma decisiva o saldo

global do Estado, que se agravou. A receita fiscal arrecadada foi inferior à de 2011 em cerca de 473 milhões de euros.

Isto significa que a dinâmica da recessão consome a bárbara política de aumento dos impostos, ou seja, estes resultados reflectem, apesar dos desmentidos do governo, os efeitos da profunda recessão económica sobre a receita fiscal arrecadada.

Mas é preciso questionar: para que servem e a quem servem estes sacrifícios?

Servem exclusivamente para satisfazer os interesses daqueles que se bateram pela concretização desse Pacto de Agressão que condena o país e o povo, como está patente nos 35 milhões de euros de juros que o país vai pagar dessa falsa ajuda; nos previstos 12 mil milhões de euros destinados à recapitalização da banca; nos 8 mil milhões de euros disponibilizados directa e indirectamente pelo Estado para o BPN, para limpar a gestão fraudulenta daquele banco; nos 450 milhões de euros oferecidos pelos Governo do PS, PSD e CDS-PP ao BPP.

De facto só para o sistema financeiro, entre apoios à recapitalização da banca e os juros a pagar ao estrangeiro desaparece mais de metade do dito empréstimo de 78 mil milhões de euros, ou seja, a maior parte acaba nos seus cofres. Como vemos, não faltam recursos financeiros do Estado quando se trata de encher os bolsos do grande capital que é contemplado com uma parte substancial dos recursos que supostamente eram solicitados para acudir à situação do país.

É para alimentar uma brutal transferência de recursos públicos para o grande capital nacional e estrangeiro que estão em curso políticas e medidas de austeridade sem fim à vista.

Uma ofensiva assente numa política de mentira e mistificação, do golpe, da habilidadezinha que está bem patente na acção governativa do governo do PSD/CDS que não apresenta outra solução senão acrescentar doses de austeridade às medidas de severa austeridade que tem imposto aos portugueses.

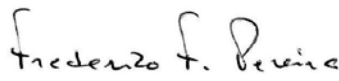
É contra estas falsas reformas e falsas soluções que é preciso continuar a luta! Há propostas e há soluções para os problemas que o país enfrenta!

As consequências deste quase um ano de aplicação do Pacto de Agressão, revelam quanto importante continua a ser o desenvolvimento de um forte e vasto movimento popular e de luta contra esse programa de extorsão nacional e exploração do povo. Uma luta que é central no vasto combate que travamos para impedir o afundamento do nosso país e da salvaguarda dos interesses do nosso povo. É preciso uma ruptura no caminho de desastre nacional e empobrecimento dos portugueses!

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2012, apela à participação nas comemorações do 1º de Maio, fazendo desse dia uma grande jornada de luta e unidade pela defesa dos direitos laborais e sociais, pelo emprego e pela ruptura e mudança!

Aprovado por maioria, com 21 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal


Frederico Pereira